



1/ncln

Exmº. Senhor

Provedor da Mesa da SCML

Dr. Pedro Santana Lopes

30.03.2015

Em cumprimento do disposto na alínea e) do nº 2 do artigo 17º dos Estatutos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, aprovados pelo Decreto-Lei nº 235/2008, de 3 de dezembro, remeto, em anexo, o Parecer do Conselho de Auditoria sobre o Relatório de Gestão e Contas relativas ao período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2014 da SCML.

Com os melhores cumprimentos.

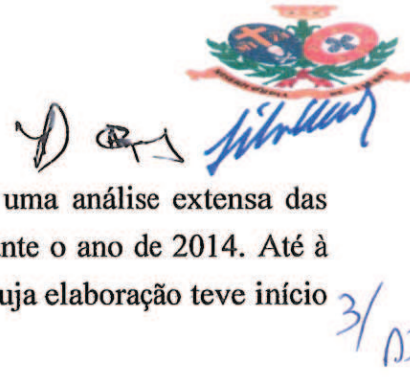
O Presidente do Conselho de Auditoria

José Henrique Rodrigues Polaco

[Handwritten signatures and date]
2/10/15

**PARECER DO CONSELHO DE AUDITORIA
SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS
DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA
EXERCÍCIO DE 2014**

1. Em cumprimento do disposto na alínea e) do nº 2 do artigo 17º dos Estatutos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), aprovados pelo Decreto-Lei nº 235/2008, de 3 de dezembro, o Conselho de Auditoria vem apresentar o seu Parecer sobre o Relatório de Gestão e as Contas relativas ao exercício de 2014.
2. O Conselho de Auditoria acompanhou, durante o exercício findo, a evolução da atividade da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e dos seus Departamentos através da análise da documentação financeira e outra referente à atividade que foi recebendo e da análise das atas das sessões da Mesa que apreciou nas suas reuniões mensais. Além disso, foram realizados pedidos de esclarecimentos diversos e efetuadas algumas reuniões com membros da Mesa e outros responsáveis de alguns Departamentos e Gabinetes no sentido de se informar sobre a atividade desenvolvida.
3. No final do exercício, o Conselho de Auditoria analisou o Relatório de Gestão e Contas de 2014, que lhe foi apresentado, na sua versão final, pela Mesa, em 26 do corrente mês de março, o qual inclui as demonstrações financeiras da SCML (balanço, demonstração dos resultados por naturezas, demonstração da alteração dos capitais próprios, demonstração dos fluxos de caixa e correspondentes anexo às demonstrações financeiras). Estas demonstrações financeiras estão suportadas nas demonstrações financeiras separadas relativas a Ação Social, Saúde, Qualidade e Inovação, Empreendedorismo e Economia Social, Gestão Imobiliária e Património, Serviços Instrumentais e ao Hospital Ortopédico de Sant'Ana (HOSA), designados por SCML – Serviços Centrais e que, neste ano, passaram a integrar o HOSA e, separadamente, nas demonstrações financeiras do Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão (CMRA) e da Escola Superior de Saúde do Alcoitão (ESSA). Este Conselho também analisou o Relatório de Contas de 2014 do Departamento de Jogos (DJ), que mereceu parecer favorável do Conselho de Jogos no dia 23 do corrente mês de março. Estes documentos foram aprovados pela Mesa em 19 de março de 2015.



Handwritten signatures and a circular stamp with a coat of arms are located in the top right corner of the page.

4. De referir que o Relatório de Gestão e Contas integra ainda uma análise extensa das atividades desenvolvidas pelas várias estruturas da SCML durante o ano de 2014. Até à presente data, não foi remetido o relatório de sustentabilidade, cuja elaboração teve início no ano económico de 2013. 3/12/14
5. O Conselho de Auditoria inteirou-se das 4 ações (auditorias e verificações) concluídas pelo Gabinete de Auditoria Interna no ano de 2014, revendo-se nas conclusões e recomendações apresentadas, as quais se destinam à melhoria do sistema de controlo interno e dos sistemas de informação e da gestão de ativos da SCML. Esclareceu-se ainda sobre os trabalhos desenvolvidos pelos Auditores Externos, apoiou-se nos relatórios por si emitidos em 11 de março (DJ), em 20 de março (CMRA e ESSA) e 23 de março (serviços centrais e “consolidado”), salientando-se as recomendações formuladas aos serviços da SCML em sede de controlo interno. Procedeu também à revisão das situações mencionadas nos pareceres do Conselho de Auditoria sobre as contas dos exercícios anteriores.
6. Em 31 de dezembro de 2014, o número de trabalhadores da SCML totalizava, segundo o relatório de gestão e contas, os 4.876 (75,4 % de mulheres), traduzindo um aumento de 86 efetivos face a 2013, justificado pela criação da Unidade de Saúde Santa Casa do Bairro da Liberdade (não quantificado o aumento), pela abertura do 3º piso na Unidade de Saúde Maria José Nogueira Pinto (+ 31 efetivos), do aumento da oferta de âmbito cultural, da criação do *Contact Center* da SCML e da reestruturação da Direção de Sistemas e Tecnologias da Informação, com internalização de serviços que eram contratados externamente (+ 27 nos serviços centrais e instrumentais) e do Departamento de Qualidade e Inovação (+ 19). Comparativamente com 2013 e a nível dos grupos profissionais, destacam-se os aumentos observados nos técnicos superiores (+ 69) e nos técnicos (+ 16).

Cerca de 61% dos trabalhadores encontra-se afeto ao DASS (2.960 efetivos).

O contrato individual de trabalho continuou a ser o vínculo laboral dominante, tendo-se reforçado a tendência de crescimento do seu peso no total de efetivos (84%: 4.112 efetivos). No sentido oposto, o número de trabalhadores em funções públicas continuou a decrescer (de 934 em 2013 passou para 715 em 2014, dos quais 397 afetos aos estabelecimentos integrados do Instituto da Segurança Social, I.P., do distrito de Lisboa, cedidos à SCML nos termos do Decreto-Lei n.º 16/2011, de 25 de janeiro).

Quanto aos prestadores de serviço o seu número foi de 486 (- 56 do que em 2013), maioritariamente ajudantes familiares (313) e amas (112).



Na área de recursos humanos, o Conselho de Auditoria identificou pontos de melhoria futura nos sistemas de controlo interno, de recrutamento e de desempenho.

u/njn

7. Em 31 de dezembro de 2014, o património imobiliário gerido pela SCML totalizava os 617 imóveis (466 prédios urbanos e 151 prédios rústicos). Em relação a este universo de imóveis, 526 estavam afetos a investimento e os restantes 91 à atividade. Face a 2013, registou-se um aumento de 10 imóveis (todos prédios urbanos).

A SCML possuía ainda 122 imóveis arrendados/cedidos por outras entidades à atividade.

O Conselho de Auditoria identificou aspetos a melhorar no sistema de controlo interno da gestão do património imobiliário, bem como na realização de obras.

Por seu turno, o “Fundo de Investimento Imobiliário Fechado - Santa Casa 2004”, subscrito, na íntegra, em 2004, pela instituição, com o propósito de garantir a salvaguarda da titularidade do património afeto ao Fundo e o controlo da sua gestão, integrava vários imóveis e apresentou, em 2014, um valor líquido de 47,1 milhões de euros (ligeiro crescimento face aos 46,9 milhões de euros registada em 2013).

Em dezembro de 2014 a Mesa da SCML deliberou a liquidação do Fundo, prevendo-se a conclusão do processo no prazo de um ano¹.

8. Pela análise efetuada ao estudo atuarial independente das responsabilidades com benefícios de reforma a que por lei a SCML está obrigada, observa-se que o valor do Fundo de Pensões da SCML se reduziu durante 2014 em aproximadamente 5,8 milhões de euros, sendo que, no fim do ano de 2014, era inferior em cerca de 550,8 milhares de euros, na SCML, e em 22,5 milhares de euros no Departamento de Jogos, às responsabilidades presentes da obrigação com complementos de pensões para que foi constituído. Note-se que, no final de 2013, ultrapassava o valor das responsabilidades em cerca de 307,2 mil euros, na SCML, e em 187,5 mil euros no Departamento de Jogos. Trata-se de uma evolução que requer acompanhamento e cuja análise poderá determinar um eventual reforço adicional do património do Fundo.
9. Entende o Conselho de Auditoria de salientar, conforme aliás vem descrito na Nota 5.2. do Anexo, que a SCML, por alteração voluntária da sua política contabilística aplicada às propriedades de investimento, deixou de aplicar o modelo do custo e passou a aplicar o modelo do justo valor. Essa alteração implicou a realização de estudos de avaliação à

¹ <http://web3.cmvvm.pt/sdi2004/fundos/docs/A320392-FIR003359073022120141231.pdf>



[Handwritten signatures]

totalidade dos bens que integram as propriedades de investimento efetuados por avaliadores externos e por avaliadores internos. Daqui resultou um conjunto de impactos de valor significativo nas propriedades de investimento nas contas de 2014 e na reexpressão retrospectiva dos respetivos valores comparativos nas contas já aprovadas de 2013, conforme detalhadamente se encontra descrito na referida Nota 5.2. do Anexo e que se quantificam resumidamente como segue: a) Incremento de 93,7 milhões de euros no total do Activo e das propriedades de investimento, no Balanço de abertura do exercício de 2013; b) Incremento de mais 8,2 milhões de euros no total do Activo no final de 2013; c) Incremento de 8,5 milhões de euros no resultado líquido de 2013; d) Com uma reexpressão de -254 milhares de euros de resultados transitados, os capitais próprios constantes do Balanço aprovado de 2013 foram incrementados em 8,2 milhões de euros.

5/10/14

10. Também nas contas de 2014 foi efetuada uma reclassificação contabilística, com reexpressão nos comparativos com as contas já aprovadas de 2013, dos juros e rendimentos similares obtidos que não derivem diretamente de financiamentos, na sequência de esclarecimento sobre o assunto por parte da Comissão de Normalização Contabilística. O efeito da reexpressão retrospectiva desta reclassificação não teve impacto no resultado líquido já aprovado para 2013.

11. No que em particular respeita às contas da SCML relativas ao exercício de 2014, consideramos de destacar o seguinte:

11.1. O resultado líquido de 2014 registado nas contas da SCML, sem Departamento de Jogos, situou-se no montante de 4,9 milhões de euros, face ao valor reexpresso de 9,6 milhões de euros registados no final do exercício de 2013. Este resultado foi consequência de se ter verificado um decréscimo de 48,7% dos resultados operacionais reexpressos de 2013.

A determinar o comportamento dos resultados operacionais entre o exercício de 2013 (reexpressos) e 2014, temos, como principais fatores, a redução do valor das vendas e serviços prestados de 11,0 milhões de euros, o aumento dos gastos com o pessoal de (+4,1 milhões de euros), a redução de 3,9 milhões de euros de juros e rendimentos similares obtidos, compensados em parte pelo aumento de 7,1 milhões de euros de aumentos/reduções de justo valor e do aumento de 10,5 milhões de euros do remanescente dos resultados distribuídos pelos Jogos, depois de deduzido o valor atribuído à ação social desenvolvida pela SCML no âmbito do Protocolo celebrado com a Segurança Social no final de 2013.

11.2. Por sua vez, os resultados obtidos pelo Departamento de Jogos apresentam em 2014 uma redução de 3,0 milhões de euros. O resultado líquido global do Departamento

[Handwritten signature]

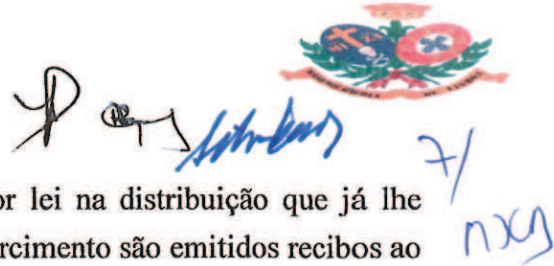
6/12/14

de Jogos atingiu, neste exercício, o valor de 538,1 milhões de euros face aos 541,09 milhões de euros observados no final do ano de 2013 e foi obtido com base em 1.880,3 milhões de euros de vendas brutas de jogos sociais. Para este volume de vendas, contribuíram o totobola com 0,5%, o totoloto com 6,7%, o Joker com 2,1%, o euromilhões com 48,8%, a lotaria clássica com 2,7%, a lotaria popular com 1,4% e a lotaria instantânea com 37,8% (jogo que tem registado o maior crescimento nos últimos quatro anos).

- 10.1. O euromilhões continua, porém, a ser a principal fonte de recursos da SCML. Da análise que o Conselho de Auditoria tem efetuado à evolução do que designou como a propensão média às apostas no euromilhões medido pelos proveitos brutos *per capita* obtidos por este jogo em cada país aderente por lhe parecer constituir um indicador internacional que, do nosso ponto de vista, deve merecer cuidadosa atenção. Portugal continua a ser o país aderente ao euromilhões que proporciona a este jogo proveitos brutos *per capita* mais elevados, que, em 2014, representou 2,97 vezes a média dos nove países aderentes, valor idêntico ao registado em 2013, sendo representativo da exposição a que os Jogos se encontram face a este jogo em particular. O indicador deve constituir também um alerta face à eventualidade do comportamento do apostador vir a evoluir no sentido da aproximação aos padrões internacionais traduzidos pela média dos nove países.

Acresce que recentemente o Conselho de Ministros aprovou o Regime Jurídico dos Jogos e Apostas *Online*, o que poderá também ter influência negativa na evolução das receitas dos jogos sociais.

12. Dos resultados apurados pelo Departamento de Jogos no exercício de 2014 coube à Santa Casa o montante de 154,35 milhões de euros (156,53 milhões de euros, em 2013), valor que inclui 9,29 milhões de euros de prémios caducados (10,64 milhões de euros, em 2013), e ao CMRA o montante de 2,88 milhões de euros (2,96 milhões de euros, em 2013).
13. A diferença entre o resultado apurado (538,05 milhões de euros) e o resultado atribuído aos beneficiários (534,72 milhões de euros) corresponde a valores retidos para reforço dos fundos legalmente exigidos no montante de 3,33 milhões de euros.
14. Com início em 2013, procurando dar tradução contabilística a um Protocolo celebrado em finais desse ano com o Instituto da Segurança Social, as contas da SCML passaram a evidenciar, como prestação de serviços, o valor atribuído à ação social desenvolvida pela SCML e *faturada* à Segurança Social com base numa tabela de preços interna pelo montante que excede o valor participado pelo utente, considerando-se a SCML



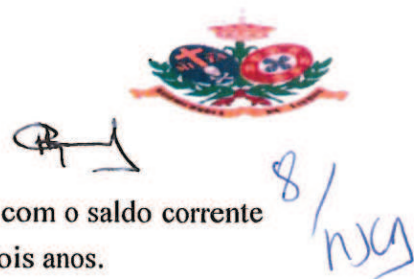
Handwritten signatures and stamps in the top right corner, including a circular official stamp and the number '71'.

ressarcida pelos montantes que lhe estão atribuídos por lei na distribuição que já lhe competia dos resultados dos jogos sociais. Por esse ressarcimento são emitidos recibos ao ISS procurando dar assim acolhimento às cláusulas constantes do referido Protocolo. Como consequência, o valor dos serviços prestados teve um incremento em 2013 correspondente a esta alteração contabilística e o valor dos resultados recebidos do Departamento de Jogos a título da distribuição fixada por lei, traduz-se na demonstração dos resultados por diferença. Para clarificar a comparabilidade dos rendimentos proporcionados pelos jogos sociais entre 2012 e 2013, que representa uma quebra na série estatística de vários anos, a SCML incluiu no Anexo de 2013 a Nota 37.1 do Anexo para melhor explicitar o enquadramento contabilístico da alocação direta de parte dos resultados dos jogos à cobertura das prestações sociais não suportadas pelos utentes objeto de Protocolo celebrado com o Instituto da Segurança Social contabilizadas na rubrica de prestação de serviços. O Conselho de Auditoria recomendou então que o procedimento contabilístico fosse revisto, para futuro, por forma a acomodar as consequências da outorga do Protocolo, que contempla essa alocação, sem prejuízo da explicitação da totalidade dos rendimentos proporcionados pelos Jogos Sociais, respeitando a série longa em que têm sido explicitados na Demonstração dos resultados.

O assunto foi reapreciado pela SCML tendo sido obtido inclusive parecer de auditor externo independente. Pelo contacto que estabelecemos *a posteriori* com os autores do parecer, e embora reconheçam tratar-se de uma opção possível com algumas debilidades assinaladas, recolhemos a confirmação da adequação do procedimento que passou a vigorar. Parece-nos que o assunto poderá ser revertido no futuro se a segurança do procedimento adotar face ao respetivo suporte documental o aconselhar e a evolução que se prevê no quadro da evolução da legislação o impuser.

De qualquer modo, a avaliação dos parâmetros em que se fundamenta a análise da sustentabilidade da ação social da SCML passou a partir do Protocolo a ter que contar, para além dos limites que naturalmente decorrem da geração dos fluxos financeiros proporcionados pelos resultados dos Jogos, com os efeitos dos compromissos que venham a decorrer da aplicação deste Protocolo, nomeadamente o seu enquadramento previsto no nº 6 da Cláusula 8ª do Protocolo, para o que seria importante a elaboração dos Relatórios de execução anuais previstos na Cláusula 10ª.

15. Quanto à execução orçamental, constante da nota 38.2. do Anexo, verifica-se que ocorreram desvios positivos nas receitas correntes de 1,7% face ao orçamentado (embora inferiores em 2,4% face a 2013) e redução das despesas correntes de 0,4% em relação ao orçamento (mas 2,7% superiores face a 2013), o que originou um desvio positivo do saldo corrente de cerca de 4,3 milhões de euros face ao orçamento. Em termos de



execução final, conclui-se que o saldo corrente de 2014 comparado com o saldo corrente de 2013 representou uma redução de 4,3 milhões de euros entre os dois anos.

A composição das receitas correntes face às receitas orçamentadas reflete a situação descrita no ponto 13 supra. Quanto às despesas correntes, assumem relevância a rubrica de fornecimentos e serviços externos, que representa 30,9% do total dos gastos, cujo peso se mantém estável em relação aos exercícios anteriores, registando, no entanto, uma melhoria de 3,4% face ao orçamento, bem como a rubrica de gastos com o pessoal (54,0% dos gastos) com uma melhoria de 3,6% (correspondendo a 4 milhões de euros).

16. Em termos de contratação externa, os serviços da SCML continuaram a proceder à regularização da publicitação de ajustes diretos contratados em anos anteriores no Portal Base dos contratos públicos (www.base.gov.pt), na linha de recomendações antes formuladas por este Conselho. Nesse processo, foram publicados, em 2014, 971 procedimentos, num total de 110 milhões de euros, referentes a contratação realizada nos anos de 2008 a 2012.

No que respeita à contratação do ano de 2014 (celebração de contratos) e de acordo com dados constantes no Portal Base, a SCML publicitou contratos de empreitadas e de bens e serviços, num total de 39,6 milhões de euros, abrangendo 168 procedimentos, nos termos a seguir resumidos:

TIPO PROCEDIMENTOS	Nº PROCEDIM.	VALOR CONTRATUAL (€)	% TOTAL
AJUSTE DIRETO	151	8.233.301,20	20,77%
CONCURSO LIMITADO PRÉVIA QUALIF.	5	6.097.926,13	15,39%
CONCURSO PÚBLICO	12	25.303.469,38	63,84%
TOTAL	168	39.634.696,71	100,00%

Apesar da redução verificada, nos ajustes diretos, face ao ano anterior (de acordo com as fontes de informação indicadas), ainda assim o número de procedimentos deste tipo continua a ter alguma expressão. Quanto aos ajustes diretos realizados com consulta a apenas uma entidade, a SCML justificou as mesmas, essencialmente, com os seguintes fundamentos: prorrogações de contratos previamente autorizados, no âmbito de concursos públicos ou concursos limitados por prévia qualificação e contratações por motivos técnicos, artísticos ou relacionados com a proteção de direitos exclusivos.

Por último, não foram publicitadas, no Portal Base e, em 2014, as contratações realizadas diretamente pelo CMRA, ESSA e HOSA. No decurso do ano transato, o Conselho de Auditoria sugeriu à Mesa e aos serviços competentes da SCML, em reuniões realizadas, a continuação da adoção de medidas que assegurem um melhor planeamento e

centralização das compras, bem com a objetividade, publicidade e concorrência dos procedimentos.

Entretanto, para além da emissão de instruções dadas aos serviços pela Mesa nesta matéria, teve início a *“reestruturação do processo aquisitivo e dos serviços de aprovisionamento da SCML...”*, o qual, segundo informação da Santa Casa, implicará, entre outros, a *“...criação de um workflow que integre as compras no processo de planeamento e de faturação”*. A reestruturação visará *“...um melhor controlo do processo aquisitivo e das exigências da contratação pública”*.

17. O Conselho de Auditoria tem vindo a recomendar nos seus Pareceres sobre as contas anuais da SCML, que se empreenda uma profunda reformulação do tipo de relatório que deverá passar a acompanhar as contas consolidadas e que poderia, com vantagem evoluir para um tipo de Relatório de Gestão mais sintético, virado para o exterior da Instituição em vez de ele constituir um Relatório de Atividades demasiado detalhado (o atual tem mais de 300 páginas) e de pendor interno.
18. Deste relatório deverá fazer parte um capítulo com a análise da posição financeira, apreciação sobre a evolução dos resultados obtidos e análise da respetiva execução orçamental, detalhada por departamento, matérias que, à exceção da análise do controlo orçamental global efetuada no Anexo, ainda estão ausentes do atual Relatório a que se reporta a presente prestação de contas.
19. Independentemente da reexpressão dos resultados operacionais retrospectivamente a 2013, a redução dos mesmos em 2014 reforça o entendimento que o Conselho de Auditoria tem tido de assumir o dever de alertar a Mesa para a premência da necessidade de adoção das medidas que permitam a difícil tarefa de compatibilizar a resposta às novas exigências que as necessidades sociais impõem com a necessidade de contenção do crescimento da estrutura e da expansão da oferta dos serviços que a SCML proporciona dentro dos limites da sua sustentabilidade futura, face a cenários menos auspiciosos de crescimento dos resultados do Jogos, incluindo as resultantes da aprovação de recentes alterações legislativas, em especial quanto às apostas *online*.

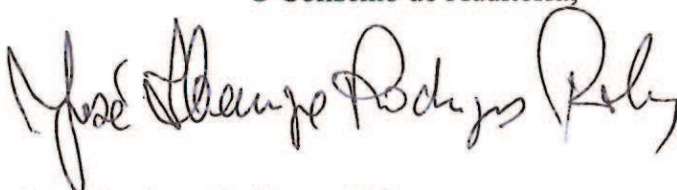
10 / mcm

PARECER

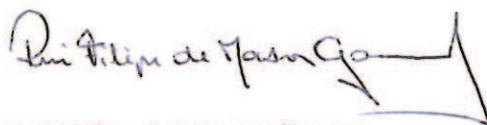
20. Face ao acima exposto, com as ênfases constantes dos Relatórios de Auditoria elaborados pelos Auditores Externos que nos foram presentes e com os quais concordamos, o Conselho de Auditoria exprime o seu parecer favorável à aprovação das contas e da proposta de aplicação dos resultados do exercício de 2014.

Lisboa, em 30 de março de 2015.

O Conselho de Auditoria,



Presidente: José Henrique Rodrigues Polaco



Vogal: Rui Filipe de Moura Gomes



Vogal: Joaquim Manuel da Silva Neves